

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS SACRAMENTINAS

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
apcasimiro@bol.com.br

Laucimar Carvalho Souto Ferreira
Especialista em Educação, Cultura e Memória, pelo Museu Pedagógico
da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
laucesouto@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: *Educação brasileira – Educação religiosa – Ensino privado – Sacramentinas.*

INTRODUÇÃO

Mais do que o significado, tentaremos definir o conceito de memória, que pode ser uma experiência subjetiva e objetiva experimentada pela própria pessoa que, por sua vez, está em constante mudança e desenvolvimento. A memória é constituída por uma série de questões internas e externas ao sujeito, de natureza psicológica, social e cultural. Nosso repertório de memória depende, em grande parte, de nossa história, de nossa pertença cultural, bem como de nossas disposições individuais. Em outras palavras, recordamos aquilo que julgamos relevante (AURÉLIO, 2000: 456; CUNHA, 1997: 512).

A memória tem uma função primordial na história da humanidade. Não apenas a memória individual, constituída pelas lembranças que cada um de nós tem sobre acontecimentos que presenciamos em nossas vivências ou daqueles que ouvimos falar. Existem outros tipos de memórias, de caráter mais amplo, às quais denominamos: memória social, cultural e histórica. Todas essas memórias tecem e constituem as histórias das pessoas, dos grupos sociais, das sociedades, enfim, de toda a humanidade (BOSI: 2006).

A memória é, antes de tudo, um fenômeno psíquico, tanto social/coletivo, quanto individual, e as duas não podem ser descoladas entre si. A memória social está inscrita nas práticas das comunidades humanas. Ela está presente nos discursos que perpetuam a voz de uma comunidade, aquilo que o povo narra a respeito de um determinado acontecimento a que costumamos chamar de ‘a voz do povo’.

Por memória histórica podemos citar os relatos dos historiadores, os monumentos históricos, a arquitetura das cidades, objetos e documentos preservados, fotografias do “álbum de família”, bem como os depoimentos pessoais registrados. E por memória cultural podemos citar as crenças e valores aceitos por determinados grupos e que são transmitidos de geração em geração. Esses conceitos se entrecruzam.

A história da humanidade é constituída por elementos das diferentes memórias – social, cultural e histórica – que atravessam umas às outras, de tal modo que é quase impossível separá-las. É difícil separar a memória social da cultural, porque uma condiciona a construção da outra, e as duas concretizam-se em modos de vida.

Vale ressaltar que a memória social nas sociedades modernas passa decididamente pela memória cultural. Ainda que somente os intelectuais estejam autorizados para cancelar os limites de uma identidade, porque são eles que detêm o capital cultural, de modo a controlar o fluxo da lembrança ou do esquecimento da memória.

A preocupação com a preservação da memória histórica é um fenômeno que veio caracterizando o final do século XX. É cada vez mais freqüente a criação de centros de memória, museus, memoriais, elaboração de vídeos e documentários, entre outros. Como já foi dito, apesar de parecer um fenômeno individual, a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações. Ela é um fenômeno social e individual, quando evidencia a memória herdada, podendo ter estreita ligação com o sentimento de identidade (BOSI: 2006).

É possível afirmar, portanto, que memória aqui, é constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na construção de si, na medida em que ela é um fenômeno que se produz em

referência aos outros, bem como aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, sendo esta realizada por meio da negociação direta com os outros.

A memória é a base de toda a existência humana desde o nascimento até a morte. É ela que dá significado ao cotidiano nos permitindo acumular experiências para utilizar durante toda a vida. Nossa memória vai sedimentando em nossa mente de tal modo que cedo ou tarde fará parte de nós como “memória hábito”. É, ainda, um processo que guarda do presente o que desejamos lembrar no futuro. Ela trás o passado de volta, através das relíquias que servem de iluminação mental no ato da recordação. A memória (individual) é particularmente interessante porque não guarda um conhecimento intencionalmente produzido, diferenciando-se da história oficial, já que esta, intencionalmente produzida, trás as marcas do historiador que é quem vai eleger determinado fato garantindo se ele será ou não escolhido para ser arquivado/documentado. Se ele pode fazer tal escolha, de modo nenhum estarão ausentes suas intencionalidades e seu juízo de valor. Entretanto, conforme Jacques Le Goff:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. [...]. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem. (LE GOFF, 1994: 477).

Nossas experiências, sejam elas individuais ou sociais, são adquiridas mediante a memória dos que nos antecederam. Tudo nos é legado pela memória, que nos favorecerá na compreensão da realidade, como também, nos motivará à ação. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF: 1994).

Para a concretização deste trabalho, a memória é extremamente importante porque ela diz respeito aos depoimentos de indivíduos que fizeram não só a educação em Vitória da Conquista, mas, também, herdaram, re-significaram e nos legaram hábitos, comportamentos e atitudes que espelham a história cultural, regional e local. Este foi o

papel das Sacramentinas e de seus sujeitos entrevistados cujas memórias serão, pouco a pouco, captadas analisadas e relatadas, como é função do nosso grupo de pesquisa.

DO MÉTODO

Pelo Museu Pedagógico da UESB, realizamos um mapeamento das escolas extintas na zona urbana, a começar do ponto onde a cidade foi fundada, irradiando a pesquisa no decorrer do povoamento e expansão urbana da cidade. No mesmo âmbito, estamos recuperando os nomes dos principais sujeitos da educação escolar: alunos e professores, bem como reconstituindo a vida escolar em cada momento histórico, mediante entrevistas com pessoas de longa vivência ou de fortes vínculos culturais com a comunidade estudada, de notório saber sobre a região ou que, com ela, estabeleceram relações prolongadas (NEVES: 2002). Tomamos como base histórica os livros de Aníbal Viana, Mozart Tanajura e várias publicações do historiador e advogado Ruy Medeiros.

Levantamos dados históricos e, com base em diversas fontes de informações, mapeamos o chamado ‘centro histórico da cidade’, apontando as principais fases do desenvolvimento histórico urbano, até a década de 50, e colhemos informações de moradores nascidos e/ou escolarizados em Vitória da Conquista. Começando pelos mais idosos, listamos e localizamos as escolas situadas no espaço original da cidade, ou seja, no seu centro histórico, começando pelo ponto mais antigo da localidade — que documentos históricos e a tradição reputam como o ponto de origem da cidade, ou seja, a Rua Grande (atual Praça Tancredo Neves) e considerando como limite urbano, naquele período: no sentido norte-nordeste, o bairro do Cruzeiro e o Alto Maron; no sentido Sul-Sudoeste, o Bairro Jurema e Rua Fernando Spínola, em direção aos “Campinhos”. No sentido Oeste, atual bairro Recreio, consideramos a abertura da Rua Nova e Nova Rua (atuais Avenidas São Geraldo e Otávio Santos), bem como a existência da Escola Normal (início da década de 50) e Sacramentinas (meados de 50); e, no sentido Oeste, o limite da Rio-Bahia e a formação dos primeiros bairros, além da rodovia.

Entrevistamos moradores que estudaram em escolas do município entre 1910 e 1950. Buscamos, preferencialmente, alguns moradores longevos que habitaram (e ainda habitam) na Conquista das primeiras décadas do século XX e, especialmente, alguns que

residiram no centro histórico. Manifestamos o mesmo interesse por moradores que residiam em zona rural próxima, geralmente filhos de fazendeiros, cujos pais contratavam professores para ensinarem as primeiras letras na própria fazenda ou enviavam os filhos para as fazendas vizinhas onde já existia tal prática.

Da análise parcial destes primeiros depoimentos, pudemos fazer algumas inferências, e, a partir daí, afirmar: 1 - Todos os depoentes desta etapa de pesquisa foram alunos durante a República Velha (1889-1930), sendo que o mais idoso, que frequentou a escola entre 1913-1915, o qual afirmou que nem sequer se cogitava a presença de mulheres na escola. Veremos esta presença, mais tarde, pela fala dos outros depoentes, se bem que em classes separadas das dos meninos. 2 - na maioria das vezes a escola era conhecida pelo nome do seu dono. Somente três escolas citadas eram mencionadas por um nome jurídico; 3 – também, na maioria das vezes, a escola funcionava na própria casa do professor, geralmente uma sala da casa destinada para tal; 4 - pudemos detectar que apenas três escolas fugiam desse padrão, funcionando em prédio anexo ou alheio à residência do professor; 5 – Observamos que as escolas mudavam muito de endereço, funcionando, em alguns casos, em casas emprestadas e, ou alugadas; 6 - Uma escola funcionava utilizando as duas salas da frente, sendo uma para as meninas maiores e outra para as meninas menores; 7 - observamos o costume de se oferecer os serviços educacionais para os sexos separados, principalmente a partir da década de 30, sendo que, no caso do primeiro depoente (que estudou na segunda década do século XX), foi afirmado que “só os meninos iam para as escolas e as meninas aprendiam “em casa mesmo, sozinhas”. Outra depoente, ao informar sobre as escolas, frisava e repetia: “esta era só de rapazes”; 8 – Fica visível, também, que o material escolar era muito escasso, limitando-se, na maior parte das vezes, ao uso da cartilha, tabuada, pedra, giz, paleógrafo.

A partir da década de 30, aparecem categorias antes não mencionadas, como: escola particular e pública, professor leigo, escola isolada, ensino primário, que revelam aspectos ligados às políticas públicas do Estado; e categorias como: escola mais humilde, mais afastada, uma sala com duas portinhas de venda, escola que funcionou no sótão, que denotam uma tímida expansão do ensino para camadas mais pobres da população e não somente ao rol dos ‘bem nascidos’, moradores da Rua Grande. Entretanto, apesar do aparecimento das escolas públicas o destaque é, ainda, para as instituições privadas,

algumas de vida efêmera, e outras, mais longevas tendo em vista a trajetória de vida de alguns professores que lideraram a escolarização de mais de uma geração, como foram os casos do Prof. Tidinho, Dona Rosália Figueira, Dona Helena e Dona Mariquinha Viana, freiras, professores e alunos das Sacramentinas..

Observa-se que, por volta de 1930, há referência apenas a 01 escola pública (Escola Barão de Macaúbas). Como já foi dito, as demais eram pequenas, 'leigas' e o seu atendimento dependia do poder aquisitivo do aluno. A maioria levava o nome dos seus donos e algumas delas dependiam da locação do imóvel (às vezes a casa, onde passava a residir também o professor, às vezes uma ou duas salas na frente da casa).

Tratava-se de escolas onde havia algum envolvimento afetivo ou familiar entre o professor e as famílias dos alunos. e nas quais se vislumbrava uma espécie de pequenos consórcios, que aliavam aspectos econômicos e sociais, tanto do ponto de vista dos mantenedores como dos beneficiários – ou seja, consórcios para atender às necessidades de trabalho dos professores e as necessidades de instrução dos alunos, conforme as exigências do momento e de suas classes sociais. Muitas vezes o professor era parente ou aderente da família para a qual trabalhava e, também, ocorria o contrário, em casos quando vários alunos eram parentes do professor.

DO OBJETO: ESCOLAS SACRAMENTINAS

Elegemos, neste recorte, investigar a educação sacramentina, considerando que a história da educação brasileira, a contar de 1500 até os dias atuais, teve início na pedagogia tradicional, mormente no ensino jesuítico, o qual objetivava desenvolver na essência humana a fé, a submissão e a disciplina. Devido à expulsão dos padres jesuítas do Brasil e às novas perspectivas da sociedade, em via de transição do período imperial ao republicano, a pedagogia tradicional eclesiástica foi perdendo um pouco a seu caráter propriamente confessional e adquirindo uma visão mais racional e cientificista, fundamentada nas aspirações da burguesia em ascensão.

Nas primeiras décadas do século XX, dos anos 20 para 30, a pedagogia tradicional começou a ser maiormente abalada pelo ideário da Escola Nova que valorizava a escola ativa, criativa, autônoma, motivadora e centrada nas atividades dos alunos. Os

escolanovistas publicaram, em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, endereçado ao povo e ao governo. Esta carta pedia, no âmbito da política educacional, educação pública, gratuita, obrigatória, laica e única. Entretanto, de acordo com Ivan A. Manuel:

No Brasil, as fronteiras entre monarquistas e republicanos, liberais e conservadores sempre foram muito tênues e frágeis. A fragilidade dessas fronteiras político-partidárias tornou-se explícita no projeto educacional implantado. A contraditoriedade existe, não porque republicanos e monarquistas convivessem harmoniosamente, ou porque trocassem de posições no cenário político, e sim porque o mesmo segmento de classe defendia posições opostas entre si: avanços no plano material e conservadorismo na cultura do intelecto e na política social. (MANUEL, 1996 p.72)

Para continuar garantindo a visibilidade do ensino católico estimulado e financiado pelo Estado brasileiro, surgem as escolas religiosas. A Congregação das religiosas do Santíssimo Sacramento, fundada por Pierre Vigne, no dia 30 de novembro de 1715, na pequena aldeia de Boucieu-le-Roi, em Valença – França – serviu de base para que, no Brasil em 1903, as irmãs S. Felix Baldet, Maria Hermann Colombet, Rosalie Roche, François Cotiaux e Felicité Tachetti, iniciassem em Salvador, uma obra educativa de caráter moral, intelectual e religioso.

De acordo com alguns biógrafos, o padre Vigne teve uma vida completamente dedicada à fé, à caridade e à educação de jovens pobres.

Ao longo de sua vida ele terá sempre consigo algum jovem pobre, ao qual ensinará rudimentos das ciências, proporcionando-lhe também alimentação e vestuário. Era para eles, com certeza que sua biblioteca continha livro de história e geografia, gramáticas francesas e latinas. O número de livros que escreveria e as citações abundantes presentes nessa literatura confirmam verdadeiramente como apreciava os estudos. (BUAINAIN, 1991, p. 15.)

Os trabalhos deste padre educador representaram contribuição primordial para o movimento de educação popular impetrado pela Igreja Católica. Sua prática educativa via com os mesmos olhos de acolhimento, crianças ou adolescentes, quer do sexo masculino ou feminino. Instruir e educar eram as normas didáticas disseminados por esse religioso-pedagogo.

A prática pedagógica do padre Pierre Vigne enaltece a dignidade da natureza humana da criança e do jovem. Esta deva ser trabalhada pela graça e pelo educador. Ultrapassa, deste modo, no nível pedagógico, o rigorismo tridentino e o pessimismo latente do Jansenismo. Respeito, amor, bom exemplo e instrução são práticas freqüentes do seu sistema de missionário e educador. A transcendência da educação _ educação evangelizadora e libertadora _ e a opção preferencial pelos pobres constituíam tarefas comum no processo educacional visualizado pelo padre Vigne. O entusiasmo pela pregação do evangelho se transferia à ação educativa escolar. Daí o profundo sentido pedagógico das Missões que pregou. (BUAINAIN, 1991, p.24).

O principal legado do padre Vigne às irmãs sacramentinas, foi a preocupação com a compreensão e a reflexão dos educandos, advindas das palavras ditas oportunamente, sem exageros, dosadas na qualidade e na quantidade. Defendia também que no convívio social, repousava a força da educação.

Nos ensinamentos que deixou às irmãs, padre Vigne realçou a necessidade de se despertar no educando o gosto pelos estudos. Admitia que a emulação provocada pelas atividades escolares em grupo encorajava a menina, levando-a a sentir alegria nos êxitos e pesar nos fracassos. (BUAINAIN, 1991, p.26).

Na concepção pedagógica desse educador o segredo de toda obra educacional, reside no amor dos alunos pelos seus mestres, porque o amor gera confiança. Para ele, a fé deveria ser a luz de toda obra educativa. Toda prática educacional deveria ser encarada pela educadora sacramentina, “como meio de formar adoradores de Cristo”. Em suma: educar evangelizando.

Vale lembrar que as perseguições impingidas pelos líderes da Revolução Francesa ao catolicismo foi fator decisivo para que a obra sacramentina apressasse sua saída da França. A separação entre Igreja e Estado, aprovada pelo parlamento francês em 1901, atingiu diretamente o trabalho das educadoras do santíssimo sacramento, levando-as a buscar um novo campo para dar continuidade a essa obra educativa-missionária.

Numa época que parecia ser escassas as possibilidades de manifestação pública dos ideais cristãos e o ódio se instalava nos corações de muitos que constituíam o governo francês, surge para as congregações uma oportunidade de reavivar seus compromissos

com o Cristo e a Igreja. O ideal missionário passa por uma fase de crescimento, a ponto de novos apelos serem concretizados, sempre na busca de liberdade para amar e servir a Deus segundo o espírito de sua fundação, que lhe era recusada em terra francesa (BUAINAIN, 1991, p. 52).

A partir da segunda metade de século XIX, as congregações Sacramentinas já começavam a se espalhar para outros cantos da Europa. Em 1869 chegou à Itália, em 1873 foi a vez da Inglaterra. Entretanto, havia interesse que a congregação se expandisse para outros continentes, de modo que aos 20 de março de 1903, partisse para o Brasil, o primeiro grupo de irmãs sacramentinas, sob a direção da Madre São Felix Baudet, iniciando um novo período para a história da Congregação.

Cinco irmãs são separadas para iniciar em terras brasileiras esse empreendimento, até então pioneiro, em nosso território. São elas: irmã São Felix Baudet, irmã Maria Hermann Colombet, irmã Saint Rosalie Roche, irmã Saint François Cotiaux, irmã Felicite Tachetti, já citadas no início desse artigo. De acordo com Irmã Jeanne Dârc,

Através delas as sacramentinas estenderam sua atividade missionária ao Brasil. Conforme a afirmação seguinte, reconhecemos como a presença de religiosas era necessária: “Sob o ponto de vista religioso, o Brasil oferecia um vasto campo de ação ao zelo e ao apostolado.” Os padres eram pouco numerosos e quase não havia religiosas. Nos grandes centros como Rio de Janeiro e Salvador já havia casas religiosas, mas as cidades do interior eram privadas totalmente de qualquer presença religiosos. O vigário para percorrer a sua paróquia tão vasta precisava viajar pelo menos quatro dias a cavalo. (BUAINAIN, 1991, p.55).

Segundo a citada autora, o trabalho das sacramentinas estendia-se pelos orfanatos, escolas e hospitais, expandindo-se de acordo com as solicitações, uma vez que o solo brasileiro propiciava condições realmente favoráveis à instalação da entidade.

As fundações das Casas Sacramentinas no Brasil foram se realizando de acordo com as solicitações e necessidades locais. Todas as vezes que havia possibilidade, a Madre Geral enviava as Irmãs atendendo os insistentes pedidos de Irmã São Félix. Seu exemplo de abnegação e entusiasmo atraía muitas irmãs para o Brasil. (BUAINAIN, 1991, p.62).

Desde os tempos do Império, a educação brasileira contou com a participação de escolas religiosas, principalmente para atender à clientela da elite, que católica, quer protestante. Com a proclamação da República, essas escolas permaneceram vigentes, uma vez que as autoridades que tinham seus filhos freqüentando essas escolas demonstravam interesse em sua manutenção, sendo que sua atuação deu-se mais notadamente no curso secundário.

A educação viabilizada pelas escolas privadas adotava um sistema rigoroso de ensino-aprendizagem, quer fosse conservadora – católica, quer fosse progressista – protestante. Em seus currículos, chegava-se a comportar as seguintes matérias: português, francês, latim, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geometria, astronomia, cosmografia, geografia, história universal, pátria e sagrada, literatura, ciências naturais, desenho, música e ainda os trabalhos de agulha quando se tratasse da educação feminina.

Três aspectos alicerçam a pedagogia das escolas religiosas: a fé, a moral e o sentido comunitário, de modo que no convívio social o/a educando/a venha a aprender os bons princípios que podem fazê-lo/a sensível para a vida em comunidade, tornando-se agradável a Deus e a seus semelhantes. Em suma, a história das Sacramentinas pode ser considerada um marco importante na trajetória da educação brasileira, uma vez que sua aspiração maior sempre foi a preservação de uma formação humanística para a sociedade.

O trabalho da Irmã Jeanne D'Arc é particularmente interessante, porque busca resgatar a memória das escolas Sacramentinas, registrando para a história traços do passado, ressignificando-os no presente e garantido às futuras gerações a sua narrativa memorialística, fazendo a História perpetuar-se sob a tutela da Memória.

Algumas entrevistas ainda carecem de ser feitas. Com várias pessoas de notório saber e, outras mesmo, como a da Irmã Jeanne D'Arc, para completar lacunas que permitirão compreender as razões pelas quais moças, ainda jovens, deixam suas famílias, ingressam em uma ordem religiosa e se dedicam, 'em nome da fé', à educação de outras tantas jovens, ligadas a determinadas camadas sociais. Nesses estabelecimentos, internatos, semi-internatos e externatos, a princípio apenas para meninas, ainda 'em nome da fé', ensinam, orientam, proíbem, castigam, dentro de um discurso moral de acordo com cada época, enfim, educam.

Além de longevos, a singularidade maior dos nossos sujeitos e a importância de tais entrevistas é que, além de testemunhas oculares e sujeitos ativos dessa história que está sendo recuperada, eles foram, também, intelectuais que participaram ativamente da gestão da educação no período em foco e, nas suas entrevistas, eles não só se lembram e relatam sobre importantes eventos da história da Educação em Vitória da Conquista, como, também, refletem, emitem opiniões e críticas sobre os acontecimentos, hábitos, atitudes, preconceitos e aspectos culturais diversos do seu tempo.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BUAINAIN, Maria Jeanne D'Arc. **Atividades educacionais da Congregação Sacramentinas: Colégio São Carlos (1905 – 1941)**. São Carlos – SP: Loyola, 1991.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, 1997.

CASIMIRO, A.P.B.S., MAGALHÃES, L.D.R. e MEDEIROS, R.H.A. **Fundamentos da Educação na Bahia: A História da Educação em Vitória da Conquista**. In: Anais da IV Jornada do HISTEDBR. Org. Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento. Ponta Grossa, UEPG, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, tradução de Bernardo Leitão...[et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 3 ed., 1994.

MANUEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Prismas), 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia. 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

Entrevista com a Irmã Maria Jeanne D'Arc no dia 2 de abril de 2008. Obra de Assistência Social Sacramentinas - Rua Aristeu Soares Camargo, nº 180. Jardim Santa Maria 1 – CEP 13567280. São Carlos – São Paulo.

Entrevista com a Irmã Lucy Cavalcante Wanderley. Colégio São Carlos – Rua Episcopal, 1859, CX Postal 87 – CEP 1356580. São Carlos – São Paulo.

Entrevista com a ex-aluna C.S.B. Colégio São Carlos – Rua Episcopal, 1859, CX Postal 87 – CEP 1356580. São Carlos – São Paulo.

Entrevista com a ex-aluna A.P.B.S. – Colégio Santíssimo Sacramento. Rua Leovigildo Filgueiras. Bairro Garcia. CEP 40000000 – Salvador – Bahia.

Entrevista com a ex-aluna R.L.C. – Ginásio Nossa Senhora de Fátima - Sacramentinas. Rua Jorge Teixeira, Bairro Candeias. CEP 45.000000. Vitória da Conquista – Bahia.